



MPV 961
00025

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Carvalho
**COMISSÃO MISTA DE ANÁLISE DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº
961/2020**

Autoriza pagamentos antecipados nas licitações e nos contratos, adequa os limites de dispensa de licitação e amplia o uso do Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020



SF/20775.35924-76

EMENDA Nº , DE 2020.

Modifique-se a redação do § 2º do art. 1º da MP 961, de 2020, para a seguinte:

Art. 1º

.....

§ 2º Sem prejuízo do disposto no § 1º, a Administração **deverá obrigatoriamente – sob responsabilidade do dirigente máximo do órgão ou entidade contratante** – prever cautelas aptas a reduzir o risco de inadimplemento contratual, tais como:

JUSTIFICAÇÃO

À medida que avança o combate à pandemia causada pelo novo Coronavírus, as Administrações Públicas vão se deparando com novas situações que exigem delas adequações legais que permitam a aquisição de bens e serviços úteis e indispensáveis ao enfrentamento que ora se apresenta.

Na esteira desse processo, o Governo Federal já apresentou outras medidas que, assim como a presente MP 961/2020, visam à facilitação das contratações públicas nesse período especialíssimo.



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

A Medida Provisória 961, de 2020, é de toda meritória porque esforços não devem ser medidos em situações em que a vida das pessoas, especialmente as mais desfavorecidas, está ameaçada. Contudo, exige-se do Congresso Nacional, além da ação colaborativa em relação aos demais Poderes no processo de combate à Covid-19, posicionamento firme no sentido de garantir que princípios e dispositivos constitucionais sejam observados ainda que em tempos difíceis como os atuais, pois que não há incompatibilidades entre esta e aquela situação.

Nesse sentido, cada uma das casas do CN deve propor aperfeiçoamentos aos textos que lhe são apresentados para garantir maior eficiência do gasto público sem prejuízo do alcance do objetivo a que está vinculado.

Diante disso, apresentamos esta emenda que visa a reduzir os riscos decorrentes do pagamento antecipado, estabelecendo que a Administração deverá (e não “poderá” como prevê o texto original) prever cautelas nesse sentido.

Para tanto, contamos com o apoio dos nobres pares para sua aprovação.

Sala das Comissões,

Senador ROGÉRIO CARVALHO
PT-SE



SF/20775.35924-76